



**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO**  
**GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo executivo tipo sedã, durante 30 (trinta) meses consecutivos, sem motorista e sem combustível, pelo sistema de quilômetro rodado, com franquia mínima assegurada, para ser utilizado exclusivamente no serviço de transporte de representação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília-DF ou fora dela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	FRANQUIA Km/mês	EXCEDENTES Km/mês	Preço Franquia Por Km (R\$)	Preço Km Excedente (R\$)	Valor Mensal Estimado (R\$)	Valor Anual Estimado (R\$)	Valor Global Estimado (R\$)
Nº	(Descrição Sumária)	(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (A x C) + (B x D)	(F) = (E x 12)	(G) = (E x 30)
<b>1</b>	<b>Veículo Executivo tipo Sedã</b> (conforme características descritas no item 3.2 do Termo de Referência)	2.000 km	1.000 km	1,73	1,10	4.560,00	54.720,00	136.800,00

1.1.1. Para fins de faturamento mensal, a licitante vencedora terá assegurada a franquia mínima de 2.000 km (dois mil quilômetros).

1.1.2. Para fins de faturamento semestral, a licitante vencedora terá direito, também, ao pagamento dos quilômetros que excederem à franquia semestral de 12.000 km (doze mil quilômetros).

1.1.3. A quilometragem que exceder à franquia assegurada para o semestre, será paga ao preço do "Km Excedente", conforme valor unitário da coluna (D), informado em proposta de preço da CONTRATADA, cujo faturamento dar-se-á semestralmente.

1.1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de locação de veículos, haja vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 30 (meses), podendo ser prorrogado, por igual e sucessivo período, por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se, preliminarmente, pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo deste Termo de Referência.

2.2. A contratação objetiva, respeitada a isonomia entre as licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo a boa qualidade dos serviços prestados, a custos mais reduzidos, contribuindo para a eficiência dos gastos da ANTT.

2.3. A execução indireta, mediante contratação, dos serviços de atividades meio, tal como se verifica no caso do serviço de transporte de representação (mediante locação de veículo executivo), é imprescindível para consecução dos objetivos finalísticos da ANTT, e portanto, o referido serviço é fundamental para o desempenho de atividades de **representação institucional**, nos termos do art. 12 do Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres, aprovado pela Resolução nº 5.810, de 3 de maio de 2018.

2.4. Os serviços auxiliares, instrumentais e acessórios a serem contratados em regime de execução indireta no âmbito desta Agência, não se enquadram nas vedações contidas do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, desse modo, o serviço de transporte de representação poderá ser executado de forma indireta, mediante contratação, como é o caso, do serviço de **locação de veículo de representação**, mais conhecido como veículo executivo.

2.5. É importante ressaltar, ainda, que a ANTT está alinhada com a política do Executivo Federal que trata sobre o uso de veículos oficiais, próprios ou contratados de prestadores de serviços, implementada por meio do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, a qual remodela a forma de utilização de veículos oficiais e, especialmente, elenca a hipótese de "aquisição de veículos" como a *ultima ratio*, ou seja, é o último instrumento a ser usado pela Administração em relação à adoção de qualquer dos demais modelos de contratação praticados pela administração pública federal, conforme § 1º do art. 8º, do referido Decreto.

2.6. Nesse sentido, embora o modelo de "serviço de transportes por demanda", mais conhecido como (TáxiGov), esteja atualmente atendendo à Administração Pública Federal (APF), em deslocamentos no Distrito Federal e entorno, sobretudo de forma mais econômica em comparação aos outros modelos tradicionais, a diretriz expressa no inciso I, do art. 2º da IN nº 10, de 23 de novembro de 2018, estabelece que as disposições desta Instrução Normativa não se aplicam "ao transporte realizado por veículos de representação e de serviços especiais, nos termos do Decreto nº 9.287, de 25 de fevereiro de 2018".

2.7. Desse modo, verifica-se que a solução de **locação de veículo executivo** atende as necessidades de transporte de representação desta Agência, observando as disposições normativas vigentes e garantindo, principalmente, a qualidade do serviço compatível com as atividades de representação, proporcionando economia de recursos e gerando resultados de maior valor público para sociedade.

2.8. Quanto ao aspecto do planejamento, observa-se ainda que a contratação de serviço de locação de veículo executivo, por sua natureza continuada, tem prioridade elencada no Plano Anual de Contratações - PAC, prevista para contratação no Exercício de 2019, conforme disposto no ITEM 37 de Novas Contratações.

2.9. Ademais, com vistas a não haver descontinuidade dos serviços de transporte de representação disponibilizado ao Diretor-Geral da ANTT, a presente contratação objetiva substituir o **Contrato Administrativo nº 63/2014**, firmado com a empresa **D.E. REBOLÇAS EIRELI - EPP**, em virtude do encerramento de sua vigência e impossibilidade de prorrogação além do limite legal de 60 (sessenta) meses, e portanto, faz-se necessária a contratação do serviço em tela, que possui característica de serviço continuado essencial, não podendo ser paralisado, sob pena de prejuízo ao desenvolvimento das atividades-fim desta Agência.

2.10. A locação em caráter permanente, pelo sistema de quilômetro rodado, **com franquia mensal de 2.000 km (dois mil quilômetros)**, justifica-se por atender satisfatoriamente a média mensal de quilômetros rodados nos últimos 12(doze) meses, conforme histórico do veículo executivo locado utilizado exclusivamente no transporte de representação do Diretor-Geral, o que também configura uma economia da quilometragem de franquia contratada atualmente, conforme demonstrado no item 9.2.

2.10.1. A duração inicial do contrato foi fixada **em 30 (trinta) meses consecutivos**, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, e, sobretudo em razão do bom estado de conservação ao término do período de 30 (trinta) meses, conforme observado pela fiscalização técnica, nos últimos veículos utilizados exclusivamente no serviço transporte de representação do Diretor-Geral.

2.11. Dessa forma, considerando a necessidade de se garantir e resguardar as atividades de transporte de representação desta Agência Reguladora, faz-se necessária a contratação do serviço de locação de veículo de representação, para ser utilizado em tempo integral, exclusivamente, no transporte do Diretor-Geral da ANTT, cujas especificações estão detalhadas neste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços de locação de **veículo executivo tipo sedã, durante 30 (trinta) meses consecutivos**, sem motorista e sem combustível, **pelo sistema de quilômetro rodado, com franquia mínima assegurada**, para ser utilizado exclusivamente no serviço de transporte de representação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília-DF ou fora dela, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento:

3.1.1. O veículo locado deverá ser do tipo sedã médio ou grande, na cor preta, de acordo com as exigências constante do art. 11, da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, abaixo transcrita:

Art. 11. Os veículos de representação terão cor preta e placa de bronze, esta com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

### 3.2. CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO:

REFERÊNCIAS	ESPECIFICAÇÕES GERAIS
Características	<ul style="list-style-type: none"> <li>Zero quilômetro, com ano de fabricação e modelo, no mínimo correspondente à data da nota fiscal e da linha;</li> <li>Modelo Sedã, na cor preta, com 4 (quatro) portas laterais;</li> <li>Para-choques dianteiro e traseiro e espelhos retrovisores pintados na cor do veículo;</li> <li>Distância entre eixos de, no mínimo, 2,70 m (dois metros e setenta centímetros).</li> </ul>
Motorização Mínima	<p>Dotado de motorização, câmbio e sistema de combustão, sendo todos originais de fábrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Potência mínima de 153 cv quando movido a etanol;</li> <li>Motor aspirado com cilindrada mínima de 1.795 cm<sup>3</sup>, ou Motor turbo com cilindrada mínima de 1.330 cm<sup>3</sup>;</li> <li>Transmissão automática de, no mínimo, 6 (seis) marchas, ou automática do tipo CVT com, no mínimo, 6 (seis) marchas simuladas;</li> <li>Combustível: Flex (gasolina ou etanol), ou Elétrico em sistemas híbridos (motor a combustão + motor elétrico).</li> </ul>
Itens de Segurança	<p>Dotado dos itens de segurança exigidos pelo CONTRAN, e dos itens complementares abaixo descritos, sendo todos originais de fábrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Airbags frontais, laterais e de cortina, sendo no mínimo 6 (seis) airbags.</li> <li>Freios a Discos, com sistemas ABS e EBD, nas 4 (quatro) rodas, com discos ventilados nas rodas dianteiras.</li> <li>Faróis Full LED com acendimento automático;</li> <li>Luzes de circulação diurna, DRL em LED (Daytime Running Lights);</li> <li>Sistema de trava elétrica nas quatro portas e porta-malas, à distância, com alarme e controle remoto (Alarme Antifurto Perimétrico).</li> </ul>
Itens de conforto e tecnologia	<p>Dotado dos itens de conforto e tecnologia abaixo descritos, sendo todos originais de fábrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ar condicionado;</li> <li>Bancos dianteiros e traseiros com revestimento em couro;</li> <li>Direção Assistida: Elétrica ou Eletro-hidráulica, com ajustes do volante de altura e profundidade;</li> <li>Rodas de liga leve, com aro de, no mínimo, 17" (dezessete polegadas);</li> <li>Sistema multimídia com tela de LCD de, no mínimo, 7" (sete polegadas), sensível ao toque, com GPS integrado ou integração com smartphones através do Android Auto e Apple CarPlay;</li> <li>Sensores de estacionamento dianteiro e traseiro e câmera de ré com linhas auxiliares.</li> </ul> <p>Dotado dos itens complementares de conforto abaixo descritos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicação de película (insulfilm) em todos os vidros do veículo, respeitados os índices de transparência normatizados na Resolução nº 254 do CONTRAN de 26.10.2007 (marcas sugeridas: Insulfilm, Intercontrol, 3M);</li> <li>Jogo de tapetes.</li> </ul>

### 3.3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.3.1. A locação do veículo de representação se dará mediante a disponibilização em tempo integral do veículo com todas as características relacionadas neste instrumento, na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres, para atendimento em tempo integral ao Diretor-Geral da ANTT.

3.3.2. O veículo disponibilizado deverá ser zero quilômetro e atender ou superar as características descritas neste instrumento.

3.3.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que:

a) utilize o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc) no sistema de combustão original do fabricante, inclusive mediante tecnologia "flex" (gasolina e etanol) ou tecnologia de "sistemas híbridos" (gasolina e eletricidade, e/ou, etanol e eletricidade), nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

b) seja classificados com "A" ou "B" pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), conforme edição mais recente avaliada, considerando a comparação relativa da sua categoria.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Em conformidade com os Estudos Preliminares e atualizações decorrentes, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os **requisitos necessários para o atendimento do serviço** de transporte de representação do Diretor-Geral da ANTT, mediante execução indireta, estão elencados nos itens 3.2 e 3.3 no Termo de Referência.

5.1.2. A contratação do serviço de locação de veículo de representação possui natureza de **serviço continuado** essencial, não podendo ser paralisado, sob pena de prejuízo ao desenvolvimento das atividades-fim desta Agência, sobretudo, considerando-se a necessidade de atendimento das agendas e compromissos oficiais do Diretor-Geral.

5.1.3. Quanto aos **critérios e práticas de sustentabilidade**, os veículos disponibilizados para execução do objeto, deverão:

a) utilizar combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc) no sistema de combustão original do fabricante, inclusive mediante tecnologia "flex" (gasolina e etanol) ou tecnologia de "sistemas híbridos" (gasolina e eletricidade, ou ainda, etanol e eletricidade), nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;

b) ser classificados com "A" ou "B" pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), conforme edição mais recente avaliada, considerando a comparação relativa da sua categoria.

5.1.3.1. O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) é um programa coordenado pelo INMETRO. A etiquetagem veicular classifica os veículos de acordo com a eficiência energética por categoria, ou seja, quanto eles despendem de energia para se locomover. A classificação vai de "A" (mais eficiente) até "E" (menos eficiente). São considerados mais eficientes os automóveis que, nas mesmas condições, gastam menos energia em relação a seus pares e, portanto, consomem menos combustível. Outra informação apresentada pela Etiqueta Veicular são os valores de referência da quilometragem por litro, na cidade e na estrada, com diferentes combustíveis.

5.1.4. A duração inicial do contrato foi fixada em 30 (trinta) meses consecutivos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, e, sobretudo em razão do bom estado de conservação, ao término do período de 30 (trinta) meses, observado nos últimos veículos utilizados exclusivamente no serviço transporte de representação do Diretor-Geral.

5.1.5. Em razão das características e da natureza de serviço comum, na locação de veículo executivo tipo sedã não se evidenciou eventual **necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas**.

5.1.6. Identifica-se três soluções disponíveis no mercado para atendimento necessidade de transporte de representação do Diretor-Geral da ANTT, no entanto, apenas a "**Solução 3**" atende a necessidade desta Agência observando as disposições normativas vigentes, conforme quadro abaixo:

Solução 1	Solução 2	Solução 3
Aquisição de veículo oficial	Contratação do serviço de transporte por demanda (TáxiGov)	Locação de veículos executivos
Esta opção contraria a política de eficiência de gastos implantada pelo Executivo Federal, e sua adoção somente se justificaria na impossibilidade de adoção dos demais modelos, conforme § 1º do art. 8º do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018.	A diretriz expressa no inciso I, do art. 2º da IN nº 10, de 23 de novembro de 2018, estabelece que esta Instrução Normativa não se aplicam "ao transporte realizado por veículos de representação e de serviços especiais, nos termos do Decreto nº 9.287, de 25 de fevereiro de 2018"	Esta solução atende a necessidade desta Agência observando as disposições normativas vigentes, garantindo a boa qualidade dos serviços prestados, a custos mais reduzidos, contribuindo para a eficiência dos gastos da ANTT.

5.2. **Declaração do licitante vencedor de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço**, conforme modelo no ANEXO IV do Termo de Referência.

5.3. As obrigações da Contratante e Contratada estão previstas neste Termo de Referência, respectivamente, nos capítulos 10 e 11.

#### 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. **A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

6.1.1. Os veículos disponibilizados para locação (veículo principal e substitutos eventuais) deverão atender às especificações contidas neste documento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN-DF.

6.1.2. O veículo objeto do contrato de locação deverá ser novo (zero quilômetro) e corresponder às especificações contidas neste Termo de Referência.

6.1.3. Para a execução dos serviços a CONTRATADA disponibilizará veículos próprios ou adquiridos por meio de sistema de arrendamento mercantil (leasing), em nome da mesma.

6.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar os veículos na Sede da ANTT, situada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8, CEP: 70200-003 - Brasília / DF, no dia e horário marcados para o início dos serviços, assim como nas hipóteses de substituições, face

à necessidade de vistoria.

6.1.5. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

6.1.6. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela CONTRATADA, e os demais abastecimentos serão de responsabilidade da ANTT.

6.1.6.1. O veículo recolhido para revisão, manutenção e/ou reparo, deverá ser devolvido à ANTT com o combustível no mesmo nível em que foi recebido no ato do recolhimento.

6.1.7. O veículo executivo colocado à disposição da ANTT permanecerá abrigado em suas instalações, sob a guarda da Coordenação de Transporte (CTAN), vinculada à Gerência de Recursos Logísticos (GELOG).

6.1.8. A contagem da quilometragem terá início na data, local e horário fixados para início dos serviços de locação, a partir da efetiva disponibilização dos veículos pela CONTRATADA, com o fechamento diário, e devidamente registrado em formulário próprio, em 3 (três) vias, sendo que 2 (duas) vias serão enviadas, semanalmente, à CONTRATADA, e outra via mantida no serviço de transporte, para controle da ANTT.

6.1.9. O veículo será, diariamente, vistoriado pelo fiscal do contrato, que registrará todas as ocorrências porventura detectadas, sempre em relação ao estado de conservação e manutenção, comunicando à CONTRATADA as necessidades identificadas, a fim de que providências sejam tomadas, de imediato, visando à manutenção corretiva e/ou reparos necessários, especialmente, para assegurar o perfeito funcionamento do veículo e seu estado de conservação compatível com o transporte executivo.

6.1.10. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela **manutenção preventiva e corretiva** dos veículos, entendendo-se como **preventiva** aquela constante do plano de manutenção do fabricante (revisões periódicas, descritas no manual do veículo) e **corretiva** aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

6.1.11. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão periódica, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda-pneus, e conferência do alinhamento da direção.

6.1.12. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indicators).

6.1.13. O veículo recolhido pela CONTRATADA para revisão, manutenção e/ou reparos encerrará a contagem da quilometragem no local do seu recolhimento, não sendo objeto de registro para fins de faturamento e pagamento a quilometragem rodada nos percursos até a sua devolução à ANTT.

6.1.14. O **veículo substituto** será disponibilizado para substituir aquele recolhido para revisão, manutenção e/ou reparo, deverá ser de categoria, características e especificações rigorosamente idênticas, ou superiores, às do veículo recolhido, observado-se as características descritas no item 3.2 neste instrumento.

6.1.15. O **veículo substituto** poderá ser seminovo, com **no máximo 30.000 km (trinta mil quilômetros) rodados**, com ano de fabricação e modelo, **no mínimo correspondente ao ano imediatamente anterior** ao da data disponibilização para substituição.

6.1.16. O veículo recolhido para revisão, manutenção e/ou reparo, deverá ser devolvido à ANTT com o combustível no mesmo nível em que foi recebido no ato do recolhimento.

6.2. **A execução dos serviços será iniciada na data, local e horário fixados, na forma que segue:**

<b>Data de início dos serviços:</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Local de disponibilização dos veículos:</b>	Edifício Sede da ANTT Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8, CEP: 70200-003 - Brasília / DF.
<b>Horário de início dos serviços:</b>	08:00 h (Horário de Brasília)

6.3. **DA DISPONIBILIZAÇÃO DO VEÍCULO EXECUTIVO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.3.1. A empresa deverá disponibilizar o **veículo novo** no **prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da data de assinatura do contrato; e

6.3.2. Necessariamente, **deverá** iniciar os serviços **no dia 31/12/2019, podendo se utilizar**, provisoriamente, de **veículo substituto (seminovo)** para garantir a efetiva prestação dos serviços na data estabelecida, evitando riscos de atrasos ou de interrupção no serviço.

6.3.3. A empresa poderá se utilizar, provisoriamente, de **veículo substituto (seminovo)**, conforme **item 6.1.14 e 6.1.15**, até que ocorra a efetiva disponibilização do **veículo novo** (zero quilômetro) objeto principal da contratação, observando-se o seu **prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da data de assinatura do contrato.

6.3.4. O **prazo máximo de 45 (trinta) dias corridos**, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da CONTRATANTE, quando houver justificativa fundamentada e acompanhada dos documentos que comprovam a ocorrência dos fatos que motivaram o pedido de prorrogação.

6.3.4.1. O eventual pedido de prorrogação de entrega do veículo novo deverá ser protocolado em até 10 (dez) dias antes do término do prazo fixado nas hipóteses acima, e deverá estar acompanhado da comprovação/declaração de que a empresa se utilizará **veículo substituto (seminovo)** para o início da execução dos serviços, fixada, impreterivelmente, para o dia **31/12/2019**.

6.3.4.2. Em todo caso, a empresa contratada deverá cumprir a data, local e horário fixados para o início da execução dos serviços, seja mediante a disponibilização de veículo novo (zero quilômetro) ou seminovo, observadas as exigências previstas neste instrumento.

6.3.5. **CRONOGRAMA E PRAZOS DA DISPONIBILIZAÇÃO DO VEÍCULO**

CRONOGRAMA E PRAZO DA DISPONIBILIZAÇÃO DO VEÍCULO	
CRONOGRAMA	PRAZOS
Disponibilização (entrega) do veículo Zero Km, em até	45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato. (prazo originário)
Possibilidade de prorrogação do prazo de entrega do veículo Zero Km, por mais	45 (quarenta e cinco) dias corridos, mediante justificativa aceita pela ANTT, contados do término do prazo originário.
Protocolo do pedido de prorrogação do prazo de entrega do veículo Zero Km, em até	10 (dez) dias antes do término do prazo originário, com justificativa fundamentada e documentos comprobatórios das alegações.

Data Limite para entrega do veículo Zero Km, (considerando aceito o pedido de prorrogação de prazo)	90 (noventa) dias corridos, após a data de assinatura do contrato.
<b>Início dos serviços</b> (com entrega do veículo Zero Km ou de veículo substituto seminovo)	<b>31/12/2019 (impreterivelmente)</b>

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela CONTRATANTE conforme disposto nos artigos 39 a 50 da IN SEGES nº 5/2017, no que couber, com designação formal pelas autoridades competentes do gestor da execução contratual e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e setorial, se for o caso, e seus substitutos.

7.1.1. A fiscalização técnica do contrato será exercida por um servidor da Gerência de Recursos Logísticos, designado para tal finalidade, ao qual competirá dirimir todas as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando a sua regularização, bem como comunicando-as ao Gestor do Contrato, quando lhe faltar competência para adotar as providências cabíveis, conforme o disposto no Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.2. A fiscalização de que trata este Item, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, a qual é a diretamente responsável pelos danos causados à ANTT, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.2. O cumprimento de todas as condições e obrigações estabelecidas para a CONTRATADA deverá ser aferido pelo gestor da execução contratual e pelos fiscais designados pela CONTRATANTE, de modo a garantir a satisfação da necessidade de transporte de representação da ANTT com a qualidade e tempestividade adequadas, em especial as disposições previstas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, apresentado no Anexo II deste TR, sem prejuízo de outros instrumentos de avaliação porventura estabelecidos pelas partes.

7.3. A CONTRATADA deve formalmente designar o preposto, indicando expressamente os seus poderes e deveres, conforme disposto no artigo 44 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.3.1. A CONTRATADA deverá indicar, ainda, o nome de um funcionário (com números de telefones, móvel e fixo, para contatos urgentes) responsável pelo atendimento das demandas urgentes e de substituições de veículos em casos de sinistros.

7.4. A comunicação entre a CONTRATADA e CONTRATANTE deve sempre ser realizada por intermédio do preposto e o GESTOR ou fiscais, preferencialmente, por escrito, excetuados os entendimentos verbais em razão da urgência, que deverão ser formalizados no prazo de 1 (um) dia útil.

7.5. O pagamento da franquia mínima do veículo disponibilizado integralmente será efetivado mensalmente pela CONTRATANTE mediante apresentação pela CONTRATADA de Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal, inerente à sua natureza e regime jurídico/fiscal específicos, estabelecido pelos órgãos competentes, com destaque para a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, no âmbito federal, e observância da Secretaria de Estado e Município da Fazenda no âmbito da região do objeto da licitação.

7.5.1. Os critérios de medição, mensal e semestral, obedecerão a tabela abaixo a seguir:

Franquia Semestral	Franquia Mensal
12.000 km	2.000 km

7.5.2. A Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal apresentado pela CONTRATADA e sob sua responsabilidade deverá ter, mensalmente, o seu valor correspondente ao da franquia mensal mínima assegurada; ou, semestralmente, o valor correspondente ao da franquia mensal mínima assegurada e, eventualmente, o valor correspondente ao que exceder à franquia semestral, ao preço do "Km Excedente", informado em sua proposta de preço, realizados no mês anterior (ou semestre findo), deduzidas as eventuais glosas e/ou multas estabelecidas, sendo que os valores de impostos e contribuições serão retidos pela CONTRATANTE na condição de substituto tributário, conforme estabelecido na legislação tributária vigente.

7.5.3. A CONTRATADA deverá, previamente à apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal, apresentar **Relatório Mensal** discriminando:

- a) quilometragem, data e horário de disponibilização mensal do veículo locado;
- b) quilometragem, data e horário de recolhimento do veículo locado para revisão, manutenção e/ou reparos;
- c) quilometragem, data e horário de disponibilização do veículo substituto;
- d) quilometragem, data e horário de disponibilização do veículo locado, após revisão, manutenção e/ou reparos;
- e) quilometragem, data e horário de recolhimento do veículo substituto, após retorno e disponibilização do veículo locado;
- f) a quilometragem mensal rodada pelo veículo locado, considerada somente aquela decorrente do período de disponibilização integral à CONTRATANTE;
- g) a quilometragem mensal rodada pelo veículo substituto, considerada somente aquela decorrente do período de disponibilização integral à CONTRATANTE;
- h) a quilometragem semestral parcial/total rodada pelos veículos locado e substituto, considerando a soma das alíneas "f" e "g";
- i) a quilometragem semestral excedente, verificada acima da franquia mínima assegurada para o semestre, considerando o total da alínea "h" com a subtração da franquia semestral assegurada;
- j) todas as solicitações de serviço de revisão, manutenção e/ou reparos e respectivos atendimentos realizados, contendo os dados das solicitações de serviço (data, horário e serviço solicitado) e dos respectivos atendimentos realizados (data, horário e serviço realizado).
- k) relatório deve contemplar também os eventuais valores de glosa estabelecidos pelo IMR, conforme disposto no Anexo II deste Termo de Referência;

7.5.4. O relatório deve ser apresentado pela CONTRATADA a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao da realização dos atendimentos, para aprovação do GESTOR e recebimento do objeto. Após isso, será autorizada a emissão da Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal com o valor aprovado pela fiscalização.

7.6. O fiscal técnico do contrato da ANTT solicitará à CONTRATADA a substituição de qualquer veículo que apresente defeito e/ou má conservação, ou que não atenda às necessidades dos serviços para o qual foi locado.

7.6.1. O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias corridos** contados da data de apresentação do documento fiscal, observando-se as disposições do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que couber.

7.6.2. Havendo erro ou inconsistência na Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal apresentado, a CONTRATADA será notificada para realizar as devidas correções, sendo a contagem do prazo acima reiniciado e contado da data do recebimento dos documentos corrigidos.

7.6.3. A empresa não poderá cobrar valor superior ao valor do quilometro rodado contratado dentro da franquia, informado em sua proposta de preço.

#### 8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses e iniciar-se-á na data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por igual e sucessivo período, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93.

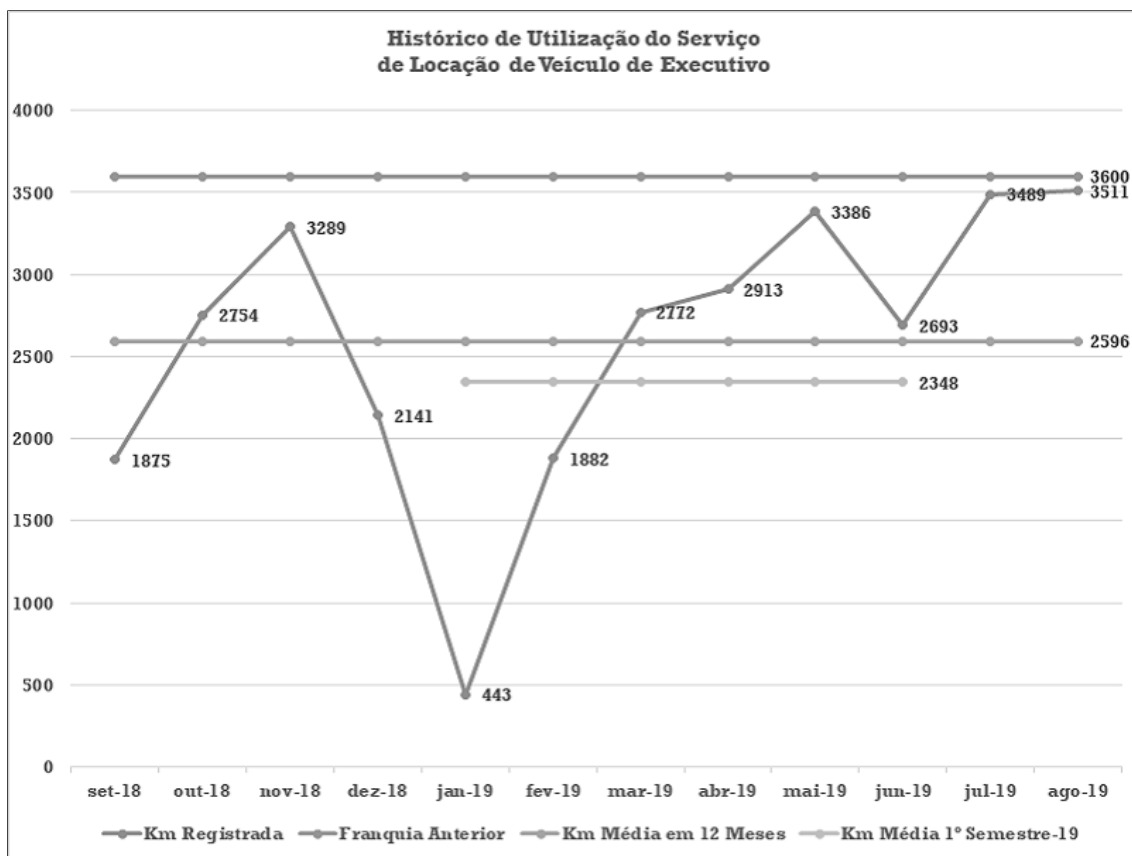
8.1.1. Na hipótese de prorrogação da vigência contratual por mais 30 (trinta) meses consecutivos, o veículo utilizado na vigência do ajuste originário deverá ser substituído por outro veículo novo (zero quilômetro) com as mesmas características descritas neste instrumento, ou superiores a estas, a ser disponibilizado a partir do início do novo ciclo de 30 (trinta) meses.

#### 9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda da ANTT tem como base as seguintes características:

9.2. Histórico de Utilização do Serviço de Locação de Veículo Executivo, em quilômetros rodados, nos últimos 12 (doze) meses, de set/18 a ago/19:

Mês	09.2018	10.2018	11.2018	12.2018	01.2019	02.2019	03.2019	04.2019	05.2019	06.2019	07.2019	08.2019
Km	1875	2754	3289	2141	443	1882	2772	2913	3386	2693	3489	3511



9.3. Garantir a disponibilização do veículo executivo na data, local e horário fixados para o início da execução dos serviços, conforme consignado em sua proposta, observadas as exigências previstas neste instrumento.

9.4. Substituir no prazo máximo de 2 (duas) horas, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, revisão periódica, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.

9.5. Garantir a qualidade da prestação dos serviços de locação, observando-se sobretudo a continuidade dos serviços de locação de veículo executivo, sem quaisquer interrupções, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme modelo previsto no Anexo II, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida os serviços contratados.

#### 9.6. FRANQUIA MENSAL DE QUILOMETRAGEM

9.6.1. A franquia mensal estimada para o veículo de representação foi estabelecida com base na média de quilômetros rodados nos últimos 12 (doze) meses, registrada pela fiscalização do contrato anterior, conforme histórico do veículo executivo locado, o qual é utilizado exclusivamente no transporte de representação do Diretor-Geral.

9.6.2. Para fins de faturamento mensal, a licitante vencedora terá assegurada a franquia mínima de 2.000 km (dois mil quilômetros).

9.6.3. Para fins de faturamento semestral, a licitante vencedora terá direito, também, ao pagamento dos quilômetros que excederem à franquia semestral de 12.000 km (doze mil quilômetros).

9.6.4. A quilometragem que exceder à franquia assegurada para o semestre, será paga ao preço do "Km Excedente", informado em proposta de preço da CONTRATADA, cujo faturamento dar-se-á semestralmente.

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.12. Disponibilizar estacionamento interno para os veículos da CONTRATADA, locados em caráter permanente, durante o período em que estiverem a serviço da ANTT.
- 10.13. Fiscalizar, por meio de servidor designado para tal fim (fiscal técnico), a fiel observância das disposições do contrato, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes, comunicando, imediatamente, à CONTRATADA, para a pronta correção das irregularidades apontadas.
- 10.14. Realizar, quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à disposição da ANTT, verificando as condições de conservação, manutenção e segurança.
- 10.15. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários sobre o contrato, sempre que solicitados pela CONTRATADA.
- 10.16. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA em estrita observância às condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.17. Assegurar à CONTRATADA, pela locação de 1 (um) veículo executivo, o pagamento correspondente à franquia mínima mensal, calculados ao preço do quilômetro rodado dentro a franquia, constante de sua proposta.

#### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.23. **Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.**
- 11.24. **Disponibilizar o veículo executivo locado na data, local e horário fixados para início dos serviços de locação, informando, em tempo hábil, qualquer motivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido.**
- 11.25. **Realizar manutenção preventiva (revisões periódicas) na periodicidade recomendada (na quilometragem e/ou no intervalo de tempo especificados) pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.**
- 11.26. **Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, falta de condições de segurança, higiene ou limpeza.**
- 11.27. **Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de preposto ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.**
- 11.28. **Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera.**
- 11.29. **Manter os veículos envolvidos na execução dos serviços, assim como no apoio e supervisão dos serviços, somente os classificados com “A” ou “B” pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), considerando a comparação relativa da sua categoria.**
- 11.30. **Disponibilizar em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, o veículo novo (zero quilômetro) objeto principal da contratação.**
- 11.30.1. O veículo disponibilizado para execução do contrato deverá ter **registro, emplacamento e licenciamento no Distrito Federal**, nos termos do artigo 7º-B da Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, acrescido pela Lei Distrital nº 6.354, de 7 de agosto de 2019.
- 11.30.2. O veículo disponibilizado para execução do contrato deverá ter **quitação total dos débitos obrigatórios e vencidos**, tais como IPVA, Licenciamento Anual, Seguro Obrigatório – DPVAT e demais débitos vencidos pertencentes ao veículo.
- 11.31. **Apresentar, no ato da entrega do veículo, o documento de porte obrigatório e na forma original:**
- 11.31.1. Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos (CRLV), em nome da Contratada;
- 11.32. **Apresentar, no ato da entrega do veículo, as cópias autenticadas das apólices de seguro total de automóvel, com as garantias principais:**
- I - Garantida com cobertura de colisão, incêndio, roubo e furto;
- II - Acidentes Pessoais de Passageiros (APP); e
- III - Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V).
- 11.33. **Fazer os referidos seguros para os veículos disponibilizados na execução do objeto e manter suas apólices vigentes.**
- 11.33.1. Os seguros dos veículos deverão ainda apresentar as seguintes coberturas mínimas, com franquia reduzida e prêmios adicionais:
- I - **Acidentes Pessoais de Passageiros (APP):**
- a) Morte Acidental: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro;
- b) Invalidez Permanente: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.



**II - Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):**

- a) Danos Materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- b) Danos Corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) Danos Morais: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

11.33.2. Todas as despesas, impostos e pagamentos relativos aos referidos seguros correrão por conta e responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quanto à franquia incidente em caso de sinistro.

11.34. **Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos veículos disponibilizados para execução do contrato**, despesas essas decorrentes de revisões, de defeitos e/ou manutenções, reparos, remoção do veículo, licenciamentos, seguros, bem como outras que resultem ou incidam direta ou indiretamente na execução do contrato, tais como encargos fiscais e comerciais, excetuando-se dessas os abastecimentos e as multas por infração de trânsito cometida durante o período em que os veículos estiverem sob a responsabilidade desta ANTT.

11.34.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à ANTT, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, as notificações de infrações emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de interpor recursos.

11.34.2. Nos casos em que a ANTT não for notificado dentro do prazo supracitado, a CONTRATADA se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrentes de infrações.

11.35. No caso de paralisação do veículo, por defeito ou por se encontrar fora de condições de uso, deverá ser disponibilizado outro veículo executivo, com as mesmas especificações, ou efetuar o reparo, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, a contar da comunicação, efetuada pela ANTT, por qualquer meio.

11.36. Cumprir, integral e rigorosamente os termos do contrato avençado, ficando a CONTRATADA, impedida de transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da ANTT, aquele Instrumento firmado.

**12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, **devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos**, sempre que a CONTRATADA:

- a) **não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou**
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.9.2. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8666/93.
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.19. O Fiscal Técnico e/ou Gestor do Contrato solicitará à CONTRATADA a substituição de qualquer veículo que apresente defeito e/ou má conservação, ou que não atenda às necessidades dos serviços de representação para o qual foi locado.

14.20. A Fiscalização Técnica do contrato será exercida por um servidor da Gerência de Recursos Logísticos (GELOG), designado para tal finalidade, ao qual competirá dirimir todas as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando a sua regularização, e comunicando aos seus superiores, quando lhe faltar competência para adotar as providências cabíveis, conforme o disposto no Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo **fiscal técnico** e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

I - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o **Gestor do Contrato** deverá providenciar o **recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços**, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. **Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura**, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, **com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo **com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.**

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- 16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.4.1. o prazo de validade;
- 16.4.2. a data da emissão;
- 16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.4.5. o valor a pagar; e
- 16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I - (TX)                      I =  $\frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 17. REAJUSTE

- 17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
18. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- 18.1. Os critérios para estabelecimento da garantia contratual serão estabelecidos no Edital de licitação.
19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19.1. **Comete infração administrativa** nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. cometer fraude fiscal.
- 19.2. **Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato**, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. **Multa de:**
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de **Multa**, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do

	contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Recusar-se a efetuar a manutenção corretiva e/ou reparo necessários para assegurar o perfeito funcionamento do veículo e estado de conservação compatível com o transporte executivo, após formalmente comunicada pelo fiscal do contrato, por ocorrência e por dia;	4
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
4	Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada no plano de manutenção do fabricante, constante do manual do veículo, por ocorrência e por dia;	3
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
8	Apresentar, no ato da entrega do veículo, a cópia autenticada da apólice de seguro total de automóvel, por ocorrência e por dia;	1
9	Fazer seguros para os veículos disponibilizados na execução do objeto e manter suas apólices vigentes, com as coberturas mínimas exigidas de Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) e de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), por dia e por ocorrência.	2

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. **Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.**

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.4. **O critério de aceitabilidade de preços serão:**

20.4.1. **Valor Global: R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais).**

- 20.5. **O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.**
- 20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
21. **22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 21.1. **O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo, inserido no subitem 20.4.1 deste Termo de Referência.**
- 21.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa efetuada de acordo com o art. 2º da Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 03, de 20 de abril de 2017.
22. **23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 22.1. **A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.**

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Márcio Xavier de Araújo	Matrícula/SIAPE: 2076777
<i>(Assinado eletronicamente)</i>  <b>MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO</b> Analista Administrativo	
Nome: Nilton de Melo Vieira	Matrícula/SIAPE: 2073800
<i>(Assinado eletronicamente)</i>  <b>NILTON DE MELO VIEIRA</b> Analista Administrativo	
Nome: Eduardo de Oliveira Silva	Matrícula/SIAPE: 1161693
<i>(Assinado eletronicamente)</i>  <b>EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA</b> Técnico em Regulação	

Aprovação do Termo de Referência pela Gerência	
Nome: Maria das Graças Aureliano	Matrícula/SIAPE: 0842177
APROVO este Termo de Referência	
<i>(Assinado eletronicamente)</i>  <b>MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO</b> Gerente de Recursos Logísticos	
Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	
Nome: Eduardo José Marra	Matrícula/SIAPE: 1533949
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 9º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005, APROVO o referido documento.	
<i>(Assinado eletronicamente)</i>  <b>EDUARDO JOSÉ MARRA</b> Superintendente de Gestão	

**ANEXO I**

**ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**



## ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

## 1 – INTRODUÇÃO

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de serviço de locação de 01 (um) veículo de representação a ser utilizado pelo Diretor Geral da ANTT, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

## 2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, I, da IN 05/2017)

Com vistas a não haver descontinuidade dos serviços de transporte de representação ao Diretor Geral da ANTT, a presente contratação objetiva substituir o Contrato Administrativo nº 063/2014, firmado com a empresa D.E Rebouças EIRELI - EPP, em virtude de se ter atingido o limite de 60 (sessenta) meses de sua vigência.

## 3 – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT (art. 24, §1º, II, da IN 05/2017)

Os valores para a contratação em análise constam das Pré-Propostas Orçamentárias e nos Planos Anuais de Contratação da ANTT para os exercícios de 2019 e de 2020.

## 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, III, da IN 05/2017)

Locação de 01 (um) veículo, em caráter permanente, sem motorista, com combustível, com as seguintes características mínimas: veículo automotor do tipo SEDã MÉDIO, cor preta, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo no mínimo correspondente à data da nota fiscal e da linha, 4 (quatro) portas laterais, com capacidade para cinco ocupantes, bancos com revestimento original em couro, disposição do motor em transversal, com 4 cilindros em linha, com cilindrada mínima de 1.795 m³, 4 válvulas por cilindro, potência mínima de 153 cavalos quando movido a gasolina, transmissão automática de no mínimo 6 marchas, tração dianteira, suspensão dianteira independente McPherson com molas helicoidal, suspensão traseira independente multibraço ou eixo de torção com molas helicoidal, freio ABS a disco nas 4 rodas (ventilados nas rodas dianteiras), direção elétrica, pneus dianteiros e traseiros medindo no mínimo 205/55R16, faróis em LED, ar-condicionado digital, película, Airbags frontais, laterais e de cortina, alarme antifurto perimétrico, câmera traseira para manobra, cinto de três pontos para todos os ocupantes, faróis com refletores duplos, direção assistida, ajuste do volante em altura e profundidade, ajuste elétrico dos retrovisores, Sistema multimídia com tela de LCD de no mínimo 7" sensível ao toque e áudio compatível com DVD player, CD-R/RW, MP3, WMA e AAC + rádio AM/FM + sistema de navegação (GPS) + TV digital+ câmera de ré (com linhas-guia auxiliares) + Bluetooth® + quatro alto-falantes e dois tweeters. Dotado de todos os itens de fábrica, bem como os de segurança exigidos pelo CONTRAN. Combustível: Gasolina ou Flex.

5.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Aluguel de veículo, em caráter permanente, sem motorista, sem combustível	unidade	01

## 5.2 – MEMÓRIA DE CÁLCULO (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)

O Contrato Administrativo nº 063/2014, firmado com a empresa D.E Rebouças EIRELI - EPP, teve por objeto a prestação de serviços de locação de 05 (cinco) veículos, a serem utilizados pela Diretoria Colegiada da ANTT. Porém com a edição do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, restou determinado que os veículos de representação serão utilizados, no âmbito das Agências Reguladoras, exclusivamente pelo Diretor Geral, fato que resultou na celebração do Quarto Termo Aditivo do referido contrato, com a supressão de 04 (quatro) veículos.

## 6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para se obter um valor referencial preliminar, solicitou-se a empresa atualmente contratada, D.E Rebouças EIRELI - EPP, que nos enviasse proposta para uma nova contratação, conforme se verifica no arquivo anexo.

## 7 – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (art. 24, §1º, VI, da IN 05/2017)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL DE REFERÊNCIA	VALOR ANUAL DE REFERÊNCIA	FRANQUIA MENSAL	VALOR DO KM (FRANQUIA)	VALOR KM EXCEDENTE
01	Aluguel de veículo, em caráter permanente, sem motorista, sem combustível	unidade	01	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00	R\$ 64.800,00	3.600	R\$ 1,50	R\$ 1,50
				VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA		R\$ 64.800,00			

## 8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, VIII, da IN 05/2017)

Só existe um item a ser locado, logo não há falar-se em parcelamento da contratação.

## 9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 24, §1º, XI, da IN 05/2017)

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 10 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Tendo-se em consideração que: a contratação em referência se destina a substituir contrato vigente, que não poderá ser renovado e que durante os cinco exercícios de validade, já cumpridos, foi executado de modo satisfatório e em conformidade com o estabelecido na referida IN 5/2017; os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada foram dentro dos padrões pactuados contratualmente, a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados também se enquadram de acordo com o padrão exigido; pode-se fazer pesquisa para realizar nova contratação; existem no mercado empresas que atuam ao longo a ser contratado; declaramos ser viável nova contratação para a necessidade apresentada.

## EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Eduardo de Oliveira Silva - Técnico em Regulação  
Daniel do Nascimento Alves - Cargo Comissionado de Assessoria  
Márcio Xavier de Araújo - Analista Administrativo

Em consonância com o § 3º do art. 24 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, esclarecemos que não foram contemplados os incisos VII, IX e X, por serem desnecessários ou incompatíveis com a contratação proposta.

## APROVAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

O presente planejamento está de acordo com as necessidades da ANTT, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.



Documento assinado eletronicamente por MÁRCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a), em 23/07/2019, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO, Gerente, em 23/07/2019, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA, Coordenador(a), em 24/07/2019, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por DANIEL DO NASCIMENTO ALVES, Fiscal de Contrato, em 24/07/2019, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_documento=2462566&id\\_documento=2462566&id\\_documento=2462566](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento=2462566&id_documento=2462566&id_documento=2462566), informando o código verificador 0636986 e o código CRC 49704840.

## ANEXO II



## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador	
<b>Nº 01 Prazo para substituição do veículo locado</b>	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir uma substituição célere do veículo de executivo locado.
<b>Meta a cumprir</b>	02:00 h
<b>Instrumento de medição</b>	A contar da comunicação efetuada pela ANTT, por e-mail ou por outra mensagem eletrônica.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Controle do Fiscal Técnico e/ou Gestor do Contrato
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Cada ocorrência será verificada e valorada individualmente. Nº de horas sem substituição = X
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato.
<b>Faixas de Ajuste no pagamento</b>	X até 02:00 h - 100% do valor da Franquia Mensal De 02:00 h a 04:00 h - 98% do valor da Franquia Mensal De 04:00 h a 06:00 h - 96% do valor da Franquia Mensal Acima de 06:00 h - 94% do valor da Franquia Mensal
<b>Sanções</b>	3 substituições acima de 06:00 h - multa de 10% do valor da franquia mensal 5 substituições acima de 06:00 h - multa de 20% do valor da franquia mensal + rescisão contratual
<b>Observações</b>	Havendo duas ou mais ocorrências de substituição com atraso superior a 02:00 h, no mesmo mês: 1) Inicialmente, deverá ser valorada a ocorrência com maior atraso na substituição; 2) Em seguida, o valor da Franquia Mensal Ajustado deverá ser reduzido em mais 2% (dois) por cento do valor mensal, para cada nova ocorrência de substituição.

## ANEXO III

## PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	FRANQUIA Km/mês	EXCEDENTES Km/mês	Preço Franquia Por Km (R\$)	Preço Km Excedente (R\$)	Valor Mensal Estimado (R\$)	Valor Anual Estimado (R\$)	Valor Global Estimado (R\$)
Nº	(Descrição Sumária)	(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (A x C) + (B x D)	(F) = (E x 12)	(G) = (E x 30)
<b>1</b>	<b>Veículo Executivo tipo Sedã</b> (conforme características descritas no item 3.2 do Termo de Referência)	2.000 km	1.000 km					

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

**DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

Pela presente declaramos que temos pleno conhecimento das condições, características e especificações necessárias para a prestação do serviço, inclusive no tocante à data, local e horário fixados para início dos serviços referentes ao Pregão Eletrônico nº XX/2019, cujo objeto é locação de veículo executivo tipo *sedã*, durante 30 (trinta) meses consecutivos, sem motorista e sem combustível, pelo sistema de quilômetro rodado, com franquia mínima assegurada, para ser utilizado exclusivamente no serviço de transporte de representação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília-DF ou fora dela, e portanto, assumimos total responsabilidade por eventual descumprimento das condições estabelecidas e não poderemos alegar o desconhecimento destas para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Empresa: \_\_\_\_\_

C.N.P.J.(MF): \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nome do Representante: \_\_\_\_\_

Endereço Eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **NILTON DE MELO VIEIRA, ANALISTA ADMINISTRATIVO**, em 05/11/2019, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 05/11/2019, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA, Coordenador(a)**, em 05/11/2019, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO, Gerente**, em 05/11/2019, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 05/11/2019, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1819288** e o código CRC **CEA52209**.